

Fórum quer MÍDIA LIVRE

No ano em que se celebram os 200 anos da imprensa no Brasil, centenas de pessoas se reuniram no Rio para o I Fórum de Mídia Livre. Com o aparecimento de novas tecnologias e ferramentas de comunicação, se multiplicam e se expandem novas formas de mídias, portadoras de novos discursos e de outros dizeres, quase sempre ao largo do controle da mídia hegemônica, e apesar dela. Nesta edição, a cobertura do que foi o Fórum de Mídia Livre e texto de pesquisa sobre os 200 anos de imprensa no Brasil. **Página 5**



Os caminhos da dívida ativa no Rio de Janeiro.
Página 3

Ricardo Antunes diz que debate sobre o socialismo está de volta.
Página 8



Uma história a descobrir

■ A história da imprensa brasileira teve seus marcos narrativos nos livros dos historiadores e mestres Carlos Rizzini e Nelson Werneck Sodré, há pouco mais de meio século. Contudo, de lá para cá as investigações e pesquisas só realçaram o tanto de narrativas que ainda permanecem em silêncio ou esquecidas.

Nesta edição trazemos um pouco dessas narrativas que ainda buscam seu lugar na historiografia brasileira, recuperando parcelas dos vestígios da memória do editor do primeiro jornal diário do país, um português que vindo para o Brasil o adotou como sua terra, por ela lutando tanto através de seus textos e panfletos libertários e republicanos quanto entregando, por seus ideais, a própria vida.

Referimo-nos a João Soares Lisboa, editor do jornal *Correio do Rio de Janeiro*, que circulou entre 1822 e fins de 1823. Expulso do país por Pedro I, fugiu do navio, em Recife, indo juntar-se aos rebeldes da Confederação do Equador, ao lado de quem morreu, um ano depois, alcançado por uma bala nos alvéolos do Rio Capibaribe.

Alguns traços de sua memória estão presentes nesta edição, em que o *JE*, a seu modo, celebra os 200 anos de imprensa. Muito incensados pela grande imprensa, esses 200 anos de prática do jornalismo coincidiram com a realização do I Fórum de Mídia Livre, cuja cobertura passou praticamente em branco na imprensa.

Autor de livros instigantes como “Adeus ao trabalho?”, “O sentido do trabalho” e “A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula”, Ricardo Antunes é outra novidade nesta edição. Em sua entrevista, nas páginas centrais, o professor de sociologia da Unicamp conclui que, mais do que a questão “monetarismo versus desenvolvimentismo”, o debate que está de volta na sociedade contemporânea é sobre o socialismo. Que sociedade queremos para o século XXI?, indaga, convidando à reflexão sobre uma sociedade que transcenda os limites do capital e de sua lógica destrutiva.

São temas candentes. Boa leitura. [Je](#)

SUMÁRIO

3

Mirelli Malaguti

**Vendendo lebre por gato:
o caso da dívida ativa do município**

5

Nilo Sergio Gomes

**200 anos de imprensa no Brasil
Em busca de uma mídia livre**

Reprodução de Internet



8

Entrevista

Ricardo Antunes

**O debate sobre
o socialismo
está de volta**

11

Pedro Paulo Silveira Felicíssimo

A crise no mercado de hipotecas

14

Fórum Popular de Orçamento

Dívida ativa: municípios arrecadam pouco

16

Funcionários defendem IPEA

CNI lança prêmio de economia

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Hen-

rique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Vendendo lebre por gato: o caso da dívida ativa do município



Mirelli Malaguti*

O prefeito César Maia declarou à imprensa que deixará R\$ 1,5 bilhão em caixa para o seu sucessor. A afirmação causou curiosidade àqueles que acompanham as contas municipais e sabem que a atual situação econômico-financeira da Prefeitura não é nada confortável. Apesar de a atual gestão muitas vezes apresentar relatórios fiscais com indicadores financeiros e econômicos favoráveis, análises mais profundas desses indicadores mostram como eles não refletem a realidade.

Apenas a título de ilustração de como os indicadores são acomodados à visão do autor, podemos citar dados significativos como: 1. a estagnação da receita tribu-

tária municipal nos últimos anos; 2. o resultado primário, apesar de positivo, insuficiente para pagar os encargos da dívida pública; 3. o aumento da dívida consolidada total (cresce pouco graças ao dólar valorizado); 4. os gastos com serviço da dívida que estão no limite recomendado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000); e, 5. elevados gastos feitos fora de lei desde 2001, sabendo-se que, em 2004, o valor total desses gastos era de R\$ 500 milhões¹.

Ao ser colocado em evidência pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), a Prefeitura deixou de registrar a provisão que mostrava sua dimensão. Desde então, não se sabe mais o montante desses gastos realizados por meio distinto do processo orçamentário tradicional.

Contudo, a Prefeitura mostra indicadores de boa suficiência de caixa, mas não explica que o valor que tem em caixa tem destino carimbado e, portanto, não pode saldar suas dívidas, em geral de outra origem. Essas e outras informações podem ser encontradas nos pareceres do TCMRJ. Surge, portanto, a questão: de onde virão os R\$ 1,5 bilhão que César Maia pretende deixar em caixa para seu sucessor? A resposta está na venda da dívida ativa municipal² (doravante DA) aos bancos privados.

O Prefeito vem tentando obter autorização da Câmara de Vereadores para a venda desse ativo, que atualmente é de R\$ 18,6 bilhões (tab. 1). Podemos ressaltar dois momentos em que ele tentou obter essa autorização: a) quando, sorrateira-

mente, inseriu o art. 20, que autoriza essa venda, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008. Cabe ressaltar que esse não é o instrumento legal indicado; e, b) ao propor o Projeto de Lei n° 1646/2008, que também autoriza o Poder Executivo vender a DA, e que após ter sido colocado em grande evidência na mídia, ele mesmo retirou.

Para entender melhor do que se trata, apresentaremos breve resumo de um estudo realizado pelo TCMRJ³ sobre a DA.

Entre 2002 e 2006, a DA apresentou crescimento real em torno de 70% e constituiu-se, em média, de 55% de IPTU, 40% do ISS e 5% de outros tributos.

O TCM analisou vários indicadores de gestão da DA⁴ como pode ser visto na tabela 2.

Os indicadores sugerem, na ordem: baixo índice de arrecadação, queda da eficiência na cobrança da dívida ativa e elevada inadimplência, indicando deficiência no poder arrecadatório de receitas próprias (em 2006 pode-se afirmar que para cada R\$ 2 arrecadados de receita tributária, R\$ 1 era inscrito DA). Cabe ressaltar que 55%, em média, do total arrecadado da DA é feito por vias amigáveis, refletindo que muitas vezes o esforço de arrecadação necessário é menor do que pelas vias judiciais (45%).

O TCM tem levantado que a DA merece estudo mais aprofundado, prevendo algumas perdas, além de ações mais efetivas na arrecadação desses recursos. No caso das perdas é ilustrativo o caso dos dois imóveis com maiores dívidas de IPTU, num total de R\$ 2,7

Tabela 1

DÍVIDA ATIVA

(Val. Correntes, R\$ 1,00)

Anos	Saldo Dív. Ativa
2001	5.701.926.675
2002	7.198.229.329
2003	9.131.379.913
2004	11.017.286.192
2005	13.350.222.760
2006	16.308.727.812
2007	18.683.220.911

Fonte: Prestação de Contas.

bilhões (dez/2006), ou 12% da DA. Segundo o TCM⁵: “(...) esses imóveis, localizados na Barra da Tijuca, estão sobrepostos a outros, já tendo sido procedida pela SMF novas inscrições para as edificações que neles foram construídas. As diversas execuções fiscais ajuizadas pela PGM não passaram sequer pela fase de citação do executado, uma vez que, segundo informações da PDA, tal procedimento revela-se extremamente problemático, em virtude da não existência de dados suficientes que permitam uma correta localização do imóvel tributado e de seu proprietário. Sendo assim, a possibilidade de realização destes créditos é praticamente nula. Ainda assim, somente em 2006 foram inscritos mais de R\$ 150 milhões em Dívida Ativa, referentes a estes dois imóveis.”

Por outro lado, a Prefeitura possui elevados recursos no Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município (FOE/PGM), que devem ser destinados a melhorias no trabalho desse órgão, responsável pela cobrança da DA.

Portanto, se a DA atualmente está constituída por valores que não tem como serem cobrados, fazendo com que o estoque cresça acima do potencial arrecadável; se ela precisa de um profundo estudo prevendo tais perdas; se é necessário mais esforços administrativos para efetividade de cobrança; e, se há recursos disponíveis necessários para a realização desse trabalho, questiona-se:

1. Por que a Prefeitura não realiza a provisão de perdas dos imóveis citados, que correspondem a 12% da DA, conforme o TCMRJ vem propondo desde 2002?

2. Por que a Prefeitura não gas-

ta esses recursos no aumento da efetividade da cobrança da DA?

Apesar dos números possibilitarem muitas articulações, as respostas a essas questões não são tão diretas e exigem um esforço de análise e conjecturas.

No primeiro caso, a manutenção em DA de valores não realizáveis faz com que o ativo da Prefeitura esteja sobrevalorizado, o que facilita na demonstração de indicadores favoráveis à Prefeitura, fundamentais para demonstração de “bom gestor econômico-financeiro”, além de contribuir positivamente na contratação de empréstimos, com algumas fontes de financiamento.

Tentando responder à segunda questão, podemos colocar que a não realização desses recursos, muitas vezes necessários para melhorar na efetividade da cobrança da DA, mantém elevados valores financeiros em caixa, o que con-

tribui para uma demonstração de suficiência de caixa positiva, mesmo que esses recursos não possam pagar as dívidas da Prefeitura, ajudando na construção de indicadores favoráveis de solvência.

Cabe ressaltar que, ao manter esse ativo sobrevalorizado, o banco-comprador tenderá a cobrar um elevado ágio, já que o índice de arrecadação é baixo, pois está calculado em relação a um valor maior do que o seu valor real. Assim, o retorno dessa venda tenderá a ser muito menor do que o seu valor de fato.

Nesse sentido, surge a última questão: qual o ganho da sociedade carioca em se desfazer de um ativo valioso, pagando um ágio elevado aos bancos, quando o próprio ente público poderia estar realizando esse trabalho?

Para a sociedade o resultado é uma grande perda de um ativo que poderia garantir elevados recursos para a provisão de bens e serviços

públicos. Contudo, essa gestão da DA possibilita ganhos políticos e eleitorais como:

- Entrada de novos recursos em ano eleitoral;
- Saldo em caixa de R\$ 1 bilhão para o próximo prefeito, garantindo sua fama de bom administrador;
- Redução violenta dos ativos municipais, levando a que o próximo prefeito tenha menor capacidade de financiamento.

Diante de tais ações e omissões, a hipótese de venda desse ativo valioso ao sistema bancário é um contra-senso do ponto de vista de gestão econômica, comprometedor ao futuro das finanças cariocas e lesiva ao interesse público. Quem perde, mais uma vez, é o cidadão. 

* Economista, mestre e doutoranda do PPGE/IE-UFRJ. Consultora do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro.

Leia mais na página 14.

Tabela 2

INDICADORES SOBRE A DÍVIDA ATIVA DO MRJ (Val. Cor. - R\$ Mil)

ÍNDICE DE ARRECAÇÃO

	2002	2003	2004	2005	2006
Rec. Total DA (A)	129.949	149.865	201.522	228.445	213.717
Saldo da Dívida (B)	7.198.229	9.131.380	11.017.286	13.350.223	16.308.728
Índ. Arrec. (A)/B	1,81%	1,64%	1,83%	1,71%	1,31%

ÍNDICE DE GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

	2002	2003	2004	2005	2006
Rec. Total DA (A)	129.949	149.865	201.522	228.445	213.717
Inscrição em D.A. no ano (B)	1.035.683	1.005.611	839.966	1.302.661	2.313.735
Gestão da DA (A)/(B)	12,55%	14,90%	23,99%	17,54%	9,24%

INDICADOR DA ADMINISTRAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

	2002	2003	2004	2005	2006
Inscrição em DA no ano (A)	1.035.683	1.005.611	839.966	1.302.661	2.313.735
Rec. Tributária MRJ(B)	2.149.332	2.329.485	2.641.690	2.939.726	3.201.659
Adm. Inadimpl.(A)/(B)	48,19%	43,17%	31,80%	44,31%	72,27%

Fonte: Parecer Prévio às Contas de 2006, Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

1 Parecer prévio do Tribunal de Contas do Município às contas de 2004, página 434.

2 Dívida ativa é toda cobrança exercida contra o devedor da entidade pública, isto é, todo crédito devido ao ente público.

3 Parecer prévio às contas de 2006, páginas 430 a 442, disponível em: <http://www.tcm.rj.gov.br>.

4 1. Indicador de arrecadação da dívida - composto pela divisão da Receita Arrecada pelo total do saldo da dívida; 2. Indicador de gestão da dívida - composto pela divisão da receita arrecadada pelo total de inscrições (novas) em dívida ativa nos anos, indicando a eficiência da Administração na cobrança da Dívida; 3. Indicador da administração da inadimplência - composto pela divisão do total de inscrições em dívida ativa pela receita tributária total, indicando a eficiência da Administração na arrecadação das receitas próprias.

5 Parecer prévio às contas de 2006, página 44.

200 anos de imprensa no Brasil

Em busca de uma mídia livre

Nas comemorações dos 200 anos da imprensa no Brasil, um fato passou ao largo do noticiário: o I Fórum de Mídia Livre, que reuniu na Escola de Comunicação da UFRJ, no campus da Praia Vermelha, no Rio, mais de 300 pessoas, entre profissionais, professores e estudantes de diferentes áreas, que não só a Comunicação, para debater uma outra forma de mídia, fundada sob outros princípios e objetivos que não os do lucro e do monopólio capitalista que caracterizam a mídia hegemônica.

Nilo Sergio Gomes*

O Fórum, realizado nos dias 14 e 15 de junho, atraiu gente de várias partes do país e entre a sua abertura e o encerramento dividiu-se em vários grupos de trabalho que debateram questões como políticas públicas de comunicação, produção colaborativa, construção de um portal midialivrista, formação dos atuantes em mídias livres e democratização dos financiamentos e das verbas publicitárias oriundas de órgãos e instituições públicas e estatais. Foram também realizadas oficinas temáticas como, por exemplo, as de brinquedos óticos e a de clips em celulares.

Mas o que é, afinal, mídia livre? O conceito não está totalmente desenvolvido e, talvez, nem se tenha a pretensão de um engessamento conceitual. Contudo, a concepção de uma mídia livre parte do entendimento da comunicação como um dos direitos humanos, conforme frisou, na abertura, Gustavo Gindre, do coletivo Intervozes, organização não governamental voltada para o debate e as ações em prol da democratização da comunicação no Brasil.

Nesse sentido, a questão do Estado reaparece, mas não como o velho Estado privatizado pelo capital, que legisla em favor dos monopólios e das famílias que con-

trolam a mídia hegemônica, no país, quase sempre os financiando com as generosas e volumosas verbas saídas dos recursos arrecadados junto ao público. E sim de um Estado que seja voltado, realmente, para o público, para a coletividade e o bem comum, gerando políticas públicas, e não servindo e atendendo aos interesses de uns poucos privilegiados com concessões de rádio e tevê, além de gordas verbas publicitárias.

Um novo proletariado

Entre os princípios da mídia livre estão os da singularidade e da diferença. Isto é, a construção de uma rede de redes que possibilite “con-

sensos no dissenso, sem centralidade e sob o princípio da horizontalidade”, como definiu a diretora da Escola de Comunicação da UFRJ, Ivana Bentes, uma das ativistas que se define e se propõe “midialivrista”. Ter a singularidade e a diferença como princípios é pensar uma mídia

em que “muitos estejam produzindo para muitos”.

Ivana Bentes, aliás, mesmo exercendo a função de diretora de uma faculdade pública que forma profissionais de comunicação, em especial, jornalistas, vem usando reabrir uma discussão extremamente cara aos profissionais de imprensa: a questão do diploma como exigência para o exercício do jornalismo, isto é, da profissão de informar a sociedade através de notícias, reportagens, entrevistas, análises, comentários e artigos.

“É preciso começar a discutir esta questão do diploma em ou-

tros termos, sem criminalizar os fazedores de mídia livre”, propõe a diretora da ECO-UFRJ. Em vez de garantir a vitaliciedade de um mercado de trabalho, dada pelo diploma de jornalista, talvez seja mais útil para a sociedade a formação mais qualificada deste mesmo jornalista, formação esta que, nos dias de hoje, é de qualidade bastante duvidosa.

O tema da obrigatoriedade do diploma para o exercício da atividade jornalística é uma discussão delicada para os profissionais de imprensa, já que há tempos os



patrões, na mídia, buscam derrubar esta exigência legal, de modo a poderem empregar quem bem entendam, sem submeter-se a qualquer parâmetro. Agora mesmo o assunto está sob exame do Supremo Tribunal Federal, com os sindicatos de jornalistas de todo o país realizando atos e manifestando-se contrários ao fim da exigência legal do diploma.

Com um discurso ao mesmo tempo instigante e provocativo, Ivana Bentes propõe desconstruir os velhos clichês, desconstruir os discursos da falta e da lamentação que marcaram as falas da esquerda, observando que hoje vivemos a sociedade da informação e do conhecimento, na qual, em vez do proletariado nascido a partir da Revolução Industrial e que marcou, na luta de classes, os séculos XIX e XX, somos hoje o “cognotariado”, um neologismo um tan-

to difícil de pronunciar e se compreender, mas que busca traduzir o trabalhador, a trabalhadora no mundo contemporâneo de uma sociedade na era do conhecimento, da cognição.

Em seu encerramento, o I Fórum de Mídia Livre decidiu cobrar do Executivo Federal a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação, nos moldes das que já foram realizadas para tratar de temas como saúde, educação e cidades, ou seja, partindo das bases municipais e estaduais. Outra decisão foi cobrar do governo federal transparência e democratização no uso da publicidade governamental e de órgãos públicos, que hoje se destinam, majoritariamente, apenas à mídia hegemônica e monopolista. Ficou ainda decidido que um novo Fórum será realizado no ano que vem, muito provavelmente em Vitória, no Espírito Santo.

Bernardo Guerra

Psicólogo Clínico

Atendimento a adolescentes,
adultos e idosos

Ansiedades, fobias, depressão
e isolamento social

Descontos especiais para associados
do CORECON-RJ

Atendimento em Copacabana

Tel.: 21 2227 5935

Cel.: 21 8812 0551

bernardoguerra@terra.com.br

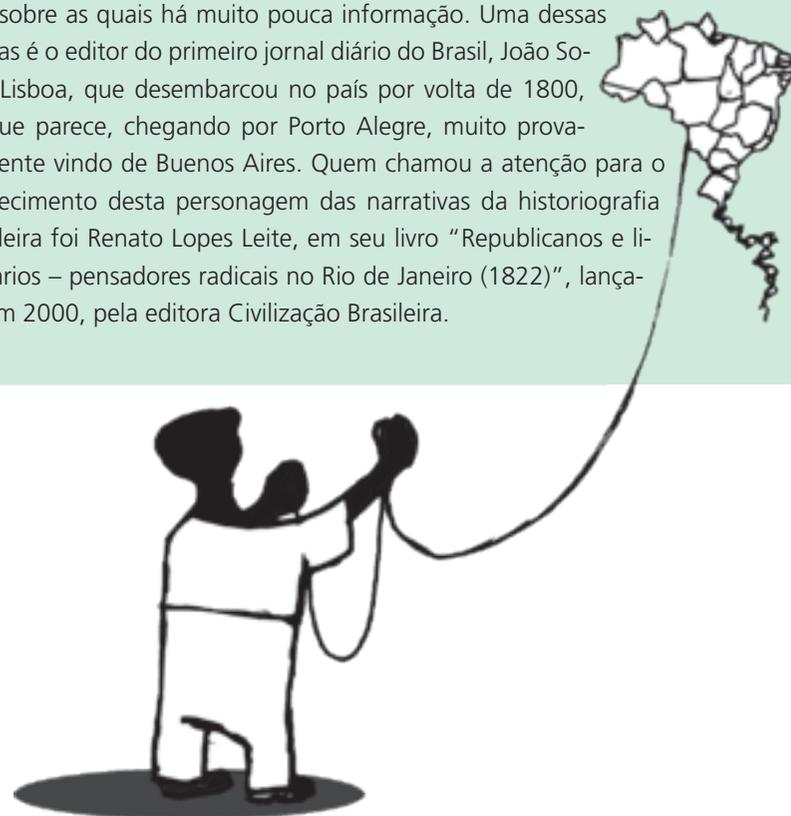
Os 200 anos de uma história mal contada

A história da imprensa, no Brasil, é quase sempre narrada a partir de Hipólito José da Costa, que em primeiro de junho de 1808 lançou o *Correio Braziliense*, em Londres, devido à censura que havia desde sempre no Brasil e que, com a vinda da família real portuguesa, passou a ser exercida pela Imprensa Régia, órgão da monarquia dirigido por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, considerado por muitos como o primeiro economista do Brasil, o que traduziu, pioneiramente, os escritos de Adam Smith. Mas os primeiros exemplares do *Correio* só chegariam de Londres ao Rio, no segundo semestre daquele ano.

Antes disso, no dia 10 de junho, isto é, dez dias após a publicação do *Correio Braziliense*, foi lançado o primeiro jornal escrito e impresso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal da monarquia, de periodicidade irregular, sendo publicado duas ou três vezes por semana com os atos oficiais do poder e praticamente sem qualquer informação a respeito do Brasil e de seus problemas. Por esta *Gazeta*, como observação colhida pelo jornalista e historiador Carlos Rizzini, sabia-se mais da vida dos príncipes europeus do que da realidade brasileira.

Mas a primazia de Hipólito da Costa é questionada por alguns autores, que entendem que o jornalista pensava o Brasil a partir dos ideais do liberalismo inglês, e não a partir do pensamento das próprias forças políticas e sociais que existiam na sociedade brasileira da época. Há mesmo quem cobre politicamente de Hipólito, tanto por sua omissão a respeito do regime escravocrata quanto pelas posições que ele assumiu, por volta de 1820, após a Revolução do Porto e na última fase do *Correio*, quando a corte portuguesa tentou levar o Brasil de volta à condição de colônia ultramarina. Em seu clássico “A História da Imprensa no Brasil”, Nelson Werneck Sodré questiona também o fato de o jornal “não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas”.

É uma extensa polêmica que sobrevive aos debates atuais, embora cause estranheza na narrativa da história da imprensa brasileira a ausência ou o silenciamento sobre figuras do jornalismo que foram tão ou mais ousadas, mas sobre as quais há muito pouca informação. Uma dessas figuras é o editor do primeiro jornal diário do Brasil, João Soares Lisboa, que desembarcou no país por volta de 1800, ao que parece, chegando por Porto Alegre, muito provavelmente vindo de Buenos Aires. Quem chamou a atenção para o esquecimento desta personagem das narrativas da historiografia brasileira foi Renato Lopes Leite, em seu livro “Republicanos e libertários – pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)”, lançado em 2000, pela editora Civilização Brasileira.



João Soares Lisboa, este quase homônimo do Visconde de Cairu, lançou em 10 de abril de 1822 o jornal *Correio do Rio de Janeiro*. Com a Revolução do Porto, a censura caiu em desuso e inúmeros jornais foram lançados a partir de 1821, desde os defensores da monarquia absolutista, como o *Conciliador do Reino Unido*, do mesmo Cairu, ao *Revérbero Constitucional*, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, de cores ideológicas levemente republicanas, mas, sobretudo, constitucionalistas, isto é, anti-absolutistas.

Em sua fase inaugural, este novo *Correio* circularia até fins de outubro de 1822, quando sofreu a primeira censura e seu autor foi obrigado a exilar-se em Buenos Aires, por pressões de José Bonifácio, o então todo poderoso ministro dos Negócios Estrangeiros da regência. Carlos Rizzini anota que o diário foi, provavelmente, o primeiro a publicar os acontecimentos do “Grito do Ipiranga”, em sua edição de 21 de setembro. Os jornais da época praticamente ignoraram a declaração da independência do Brasil. Talvez, não sem motivos, pois, um mês e alguns dias depois de declarada esta independência, o *Correio do Rio de Janeiro* foi fechado e seu editor teve de se retirar do país. João Soares Lisboa retornou ao Brasil no início de 1823, sendo imediatamente preso.

O Iluminismo no Brasil

Mas, foi nas páginas deste primeiro diário do Brasil, o *Correio* do dia 18 de maio de 1822, que saiu publicada a “Representação do Povo do Rio de Janeiro” ao príncipe regente Pedro I, documento que exigia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, com eleições diretas. E não só isso: o jornal convocou os leitores a irem à gráfica onde era rodado o jornal e assinar a “Representação”, conseguindo cerca de 6 mil assinaturas, um acontecimento para a época. Cairu é quem escreveu a resposta, através de um panfleto intitulado “Reclamação do Brasil”, onde acusava o texto da “Representação” e seus autores, entre os quais estava o próprio jornalista, além de, entre outros, Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, então presidente da Câmara do Senado do Rio de Janeiro, de promoverem uma “sedição à francesa”, em referência à revolução de três décadas antes.

Mesmo na prisão, João Soares Lisboa editou alguns números do *Correio*, durante o primeiro semestre de 1823 e, a partir de agosto daquele ano, o jornal voltou a ser diário, em quatro páginas, cobrindo os debates que se travavam na Assembléia Constituinte. O seu último número circulou em 21 de novembro de 1823, tratando da célebre sessão do dia 11, quando os constituintes passaram a noite no interior do prédio da Assembléia, no Rio de Janeiro, de onde foram retirados, à força, pelas tropas imperiais mandadas por Pedro I, que determinaria também o fechamento da Constituinte e a prisão de vários deputados. E o fim do jornal.

Desta vez o jornalista seria expulso do país, colocado em um navio com



destino a Lisboa. Mas, em Recife, João Soares Lisboa fugiu, indo juntar-se a Frei Caneca, Paes de Andrade e outros republicanos, junto com os quais participou da proclamação da Confederação do Equador, em julho de 1824. Nesse período, sabe-se que escreveu discursos dos líderes e editou o jornal *Desengano aos Brasileiros*, acusando a traição de Pedro I ao povo e defendendo idéias republicanas. Em fins de outubro, durante escaramuças com os soldados das tropas comandadas pelo coronel Lima e Silva, pai do Duque de Caxias, Soares Lisboa foi ferido, vindo a morrer no dia seguinte, às margens do Rio Capibaribe, com missa de corpo presente rezada pelo próprio Frei Caneca, que também seria preso dias depois e enforcado, no início do ano seguinte.

Nos rastros do *Correio do Rio de Janeiro*, o baiano Cipriano Barata lançou, em 9 de abril de 1823, o jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Alerta!*, que sobreviveu até 1835, sendo também editado inúmeras vezes da prisão, onde Cipriano passou boa parte da vida. A última dessas prisões foi exatamente quando do fechamento da Constituinte, em novembro de 1823, no Rio. Cipriano, considerado por alguns autores o primeiro panfletário brasileiro, só deixaria as grades no final de 1831, quando Pedro I abdica do trono, praticamente expulso do Brasil, com manifestações de rua e em teatros contra seus dons absolutistas. O baiano Cipriano participou da Revolta da Bahia, em 1798, da Revolução de Pernambuco, em 1817, e foi um dos mais votados deputados, tanto para a Assembléia Nacional de Lisboa, em 1822, onde era um dos 70 deputados brasileiros, quanto para a Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, em 1823.

Outra influência do *Correio do Rio de Janeiro* foi o jornal *Typhis Pernambucano*, lançado por Frei Caneca em novembro de 1823, logo após o fechamento da Constituinte. Nenhum deles, contudo, era diário como o jornal de João Soares Lisboa. Mas eram todos republicanos e defensores dos ideais do iluminismo, o maior deles, a República. Talvez por isso, até hoje, tenham sido deixados no silêncio ou no esquecimento, nas narrativas da historiografia brasileira.

Na edição de 1º de agosto de 1823, por exemplo, o *Correio* publicou algumas das idéias (“aforismos”) do seu editor:

O fim da sociedade é o bem comum. (...)

O fim de toda associação política é a conservação dos direitos. (...)

Só o povo tem o direito incontestável, inalienável e imprescindível de instituir o governo e também de o reformar, corrigir ou mudar totalmente, quando sua proteção, segurança, propriedade e felicidade o exigirem. O povo tem o direito de se ajuntar de um modo tranqüilo, e com boa ordem para consultar sobre o que interessa o bem comum. (...)

Todos os homens nascem igualmente livres e independentes. (NSG)

* Jornalista e pesquisador.

Entrevista - Ricardo Antunes, sociólogo, professor da Unicamp

Autor de livros que marcaram os anos 80 e 90, o sociólogo e professor Ricardo Antunes, da Unicamp, retoma a discussão sobre os rumos da sociedade atual enfatizando paradigmas que demarcam muito bem o campo de suas discussões e de suas reflexões. Em entrevista ao *JE*, em que fez um balanço sobre as reformas neoliberais, especialmente, no mundo do trabalho, ele afirma que o dilema do século XXI está colocando da seguinte forma: “o trabalho que estrutura o capital, destrutura a humanidade. Em contrapartida, o trabalho que estrutura a humanidade destrutura o capital”. A partir dessa questão, Ricardo Antunes compreende que mais do que uma discussão entre monetaristas e desenvolvimentistas, a sociedade está de volta ao velho e bom debate entre socialismo e capitalismo.

O debate sobre o socialismo está de volta



Jornal dos Economistas – Que balanço podemos fazer sobre as reformas neoliberais. O mundo do trabalho ficou melhor, pior, qual sua opinião?

Ricardo Antunes – Um balanço cuidadoso desse período, do início dos anos 90 para cá, mostra que no que concerne às condições do trabalho as conseqüências para os trabalhadores foram muito negativas. Bastaria dar um exemplo inicial. Até o início da década de 80, praticamente 70% da força de trabalho, no Brasil, vivenciavam condições de formalidade e somente

30% desta classe trabalhadora viviam condições de informalidade. Ao longo dos anos 90, de lá para cá, essas condições se alteraram substancialmente. Nós já chegamos a ter, há quatro, cinco anos atrás, quase 60% da classe trabalhadora na informalidade e hoje temos algo em torno de 50% na informalidade. Quais as conseqüências, então, mais negativas desse quadro? Primeiro, aumentou significativamente o desemprego. A classe trabalhadora brasileira, nos anos 70, e mesmo início dos anos 80, ainda vivenciava níveis de de-

semprego muito menores do que aqueles níveis que ela presenciou do início dos 90 para cá. Um segundo quadro que é agudo foi um intenso processo de terceirização. O que significa isso? As empresas deixam de contratar diretamente seus trabalhadores e passam a contratar por intermédio de empresas terceirizadas. Essas empresas, normalmente, obrigam a uma jornada de trabalho muito mais intensa, sob condições de direitos do trabalho muito inferiores, frequentemente, mesmo trabalhando em jornadas diárias e semanais de oito, 10 horas por dia, de segunda a segunda, sem folga, ou com um dia só de folga. Nasceram os contratos temporários, em que a pessoa depois de um, dois, três meses de trabalho é demitida, sem nenhum direito. Nesse quadro nasceram cooperativas, muitas delas falsas cooperativas, chamadas pelos trabalhadores de “coopergato”, que contratam trabalhadores sem direitos. Houve também um aumento de condições de trabalho pretéritas, que tinham sido eliminadas ou reduzidas em muito.

JE – Como assim?

Ricardo Antunes – Por exemplo, a retomada do trabalho escravo nas fazendas e em vários setores da agroindústria. Existe um nível extenuante de jornada de trabalho na agroindústria, como na indústria da soja, para não falar da cana de açúcar, onde temos visto, recentemente, trabalhadores tendo de cortar 10, 12, 14, 15 toneladas de cana por dia, o que leva frequentemente a mortes no trabalho. Ou seja, há um processo de intensificação do

Reprodução de Internet



trabalho que traz instabilidade, pois os trabalhadores não sabem se terão ou não o emprego amanhã, traz aumento do sofrimento, sofrimento por lesões do esforço repetitivo, sofrimento físico, ou, como falava o Gramsci, um sofrimento psicofísico que afeta a dimensão orgânica, o corpo do trabalhador, mas que afeta também a sua mente. Podemos falar ainda de 5 milhões de crianças em trabalho infantil, degradante, em condições desumanas, crianças que deveriam estar brincando e estudando. Há, pois, um estresseamento. Ou seja, o quadro nestas últimas décadas, no que concerne aos direitos e às condições de trabalho, não é possível ter nenhuma ilusão.

JE – *Nessas reformas, falava-se muito no empreendimento próprio dos trabalhadores. Como ficou isso?*

Ricardo Antunes – Isto é uma forma falaciosa e, no limite, falsa, de tentar tapar o sol com a peneira, isto é, o desemprego. Se o indivíduo está desempregado, ele que se torne empreendedor, como se fosse fácil se tornar empreendedor e como se a cada empreendedor criado se tivesse um novo vitorioso. Em geral, no empreendedorismo, para cada 20 pessoas um ou dois têm algum resultado positivo. A grande maioria, depois de alguns meses ou pouco mais de um ano de tentativa fracassa no seu empreendimento e, frequentemente, o empreendedorismo é uma forma de ocultamento de um trabalho precário. Isso cria, então, o que venho chamando de uma nova morfologia do trabalho, cuja consequência mais significativa é jogar bolsões e bolsões, mais de um bilhão de homens e mulheres, em escala global, no bolsão da superfluidade, da precarização estrutural do trabalho e dentro do desemprego. Por isso, tenho dito que nós não estamos vivendo, tanto no Brasil quanto em escala global, um processo de precarização contingencial do trabalho, momentânea. Nós estamos vivendo um monumental pro-

cesso de precarização estrutural do trabalho, que atinge a China, a Índia, os Estados Unidos, Europa Ocidental, atinge brutalmente a África, numa situação que beira a completa indignidade humana, a tragédia social humana, e atinge também a América Latina, países como o Brasil e o México e tantos outros.

JE – *O Ministério do Trabalho tem divulgado números bastante vistosos, nos últimos tempos, de novos empregos. Isso altera alguma coisa?*

Ricardo Antunes – Nessas duas últimas décadas, o Brasil vivenciou níveis de crescimento pífio, quando não recessão, que foi também um traço do primeiro período do governo Lula. Acontece que o segundo governo Lula começa a vivenciar níveis de crescimento econômico – não é desenvolvimento econômico e social, porque isso o Brasil não tem – mas níveis de crescimento econômico, em um país como o nosso, que tem uma população de mais de 190 milhões de habitantes, uma força de trabalho, uma população economicamente ativa que está na ordem de 90 milhões de pessoas, ou um pouco mais, então, é natural que se nos últimos três anos o Brasil passou a crescer de 2% ao ano para 3%, 4% ou 5% ao ano, cada um por cento do crescimento ao ano do PIB no Brasil é uma incorporação de milhões de trabalhadores que estavam nos bolsões de desemprego ou de precarização. O crescimento econômico num

país quando a indústria e as atividades produtivas em geral começam a ter um salto de crescimento econômico elas incluem bolsões de trabalhadores que estavam na informalidade ou no desemprego; e lhes dá laços mais formais. Mas isto não significa que, primeiro, esta incorporação eliminou as condições de precarização. Ao contrário. Frequentemente são jornadas extenuantes, são salários muito baixos, condições de trabalho que, às vezes, chegam a oito, nove horas, 10, 11, 12 horas por dia, dependendo das horas extras ou das condições de informalidade, são jornadas que os trabalhadores não têm nenhum controle, um dia trabalha, outro dia não, não tem sábado nem domingo, então, trouxe, sim, a diminuição dos índices de desemprego porque um país quando cresce, inclui mais força de trabalho do que quando entra em um processo de recessão, quando desemprega. Mas é preciso ter claro uma coisa: crescimento econômico não significa inclusão qualitativamente nova de trabalhadores. Não é por outro motivo que o governo Lula tem o Bolsa Família, que atinge 12, 13 milhões de famílias, o que é uma tragédia social.

JE – *Como assim?*

Ricardo Antunes – É uma tragédia, na medida em que se distribui um valor monetário muito baixo de 60, 70, 80 reais, por família, que não têm mais condições de trabalho. No Sertão brasileiro, no Nordeste brasileiro têm municípios em que não há mais nenhuma atividade econômica. O agronegócio se expande à custa do pequeno produtor familiar, que não consegue mais produzir e perde suas terras; do trabalho escravo – a cada dia, bolsões de trabalhadores escravos aparecem no Pará, no Amazonas, Mato Grosso, em tantas partes do país que estão descobertas. É, então, um crescimento que incorpora uma parte da classe trabalhadora, mas, para um país como o Brasil, que já foi a oitava eco-

nomia do mundo (hoje está aí entre a 14ª e a 15ª do mundo), que tem um nível de salário mínimo que é muito menor do que muitos países da América Latina (que têm um potencial muito menor do que o Brasil) é trágico. O Governo Lula tem sido muito mais o governo do agronegócio e dos grandes bancos (estes, sim, estão ganhando como nunca). Este é o país do saque financeiro. A grande indústria, a siderurgia, a petroquímica, estão ganhando como nunca, e o processo de privatização foi acentuado. Temos aí a Vale do Rio Doce, e tantas empresas que se tornaram grandes empresas, monopolistas ou oligopolistas no cenário mundial, e o Brasil perdeu muito da sua riqueza produtiva que estava em mãos do Estado. Em síntese, se há um crescimento, isso incorpora força de trabalho sobrando, mas esta incorporação se dá em condições frequentemente adversas para os trabalhadores. E um último ponto: o programa econômico do Governo Lula é, essencialmente, muito parecido com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

JE – *Por quê?*

Ricardo Antunes – O Governo Lula acaba de definir o aumento do superávit primário. O Governo Lula está usando como antídoto à inflação o aumento dos juros. O Governo Lula incentiva o agronegócio à exportação de commodities. O Governo Lula remunera os capitais financeiros e o grande capital produtivo, intensamente. Agora, é evidente que nesse cenário onde há um crescimento econômico, ao contrário do que havia no governo FHC, o Governo Lula se beneficiou desse cenário internacional muito favorável. Mesmo a turbulência que afetou os Estados Unidos no último ano não afetou, até agora, os países ditos subordinados ou de industrialização recente, como em décadas ou anos anteriores. Mas não há nenhuma evidência de que se esta crise se

ampliar, isto não vá afetar países como o Brasil. Não somos um país autônomo, não somos um país que tenha um mercado de trabalho interno fortalecido, não somos um país que o governo tenha uma autonomia econômico-financeira, não somos um país que tenha condições de suportar um quadro recessivo internacional, se ele vier numa dimensão mais profunda.

JE – *Está de volta o debate opondo desenvolvimentistas e monetaristas, progressistas e conservadores a respeito de reformas que seriam necessárias. Do seu ponto de vista, quais as reformas hoje necessárias?*

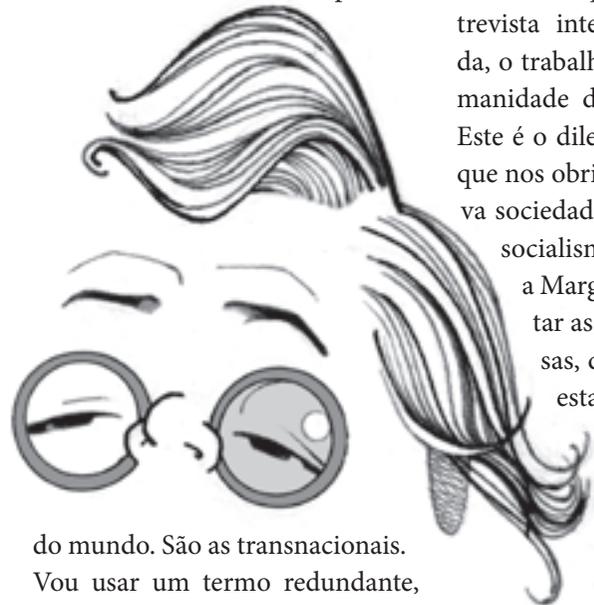
Ricardo Antunes – Este é um debate importante e vou tentar tratá-lo em duas dimensões. A primeira é que as chamadas reformas que os monetaristas ou os neoliberais defendem, em verdade, são contra-reforma. Uma máxima que vem desde o pensamento original de Hayeck e de Friedman, os teóricos da tragédia neoliberal, a sua máxima era que o mercado é tudo, o Estado tem que ser fraco na sua dimensão pública e social, e forte na sua dimensão de sustentação dos grandes capitais. Eu estive recentemente na Inglaterra e vi lá uma coisa curiosa, mas que a nós não espanta. Há uma crise profunda na *Northern & Rock*, que é uma empresa do sistema financeiro inglês tradicional. E o que fez o Estado neoliberal, sob a roupagem social-liberal? O que fez o Estado inglês? Interveio na economia, botou uma quantidade inimaginável de dinheiro para preservar a saúde financeira do *Northern & Rock*, fez uma espécie, entre outras, de estatização, mas que não é estatização. É sanear esta instituição financeira, para evitar uma crise financeira estrutural mais profunda e, tão logo saneada a situação financeira, o Estado devolve a empresa chafurdada, reorganizada, salva por dinheiro público, de novo às mãos dos capitais privados. Estas são as reformas neoliberais. E o que eles querem

com a Previdência? Tragicamente, o Governo Lula foi não só prisioneiro de parte destas reformas, ou contra-reformas, mas foi agente decisivo: privatiza-se a Previdência, privatiza-se a Saúde, privatiza-se o ensino superior. Nós temos até em curso, veja-se nos EUA e mesmo experimentos no Brasil, a privatização do sistema penitenciário. Isto mostra a degradação da res pública, e a conversão do Estado na res privada. Nós temos, na verdade, um Estado ele todo privatizado. Isto é perceptível quando o presidente do Banco Central, de um governo que um dia se pretendeu de esquerda, vai parar nas mãos do ex-presidente mundial do Bank Boston. Isso dá a dimensão da privatização que atingiu o Estado brasileiro. E o Estado, na grande maioria (não a totalidade) dos países do mundo está nas mãos do capital financeiro. Por outro lado, sabemos que um país como o nosso tem de viver a possibilidade de reforma estruturais autênticas e verdadeiras.

JE – *Por exemplo?*

Ricardo Antunes – Por exemplo, nós temos uma estrutura da terra totalmente concentrada, e esta estrutura concentrada da terra impede que a população pobre do campo tenha direito à terra e ao trabalho. Por isso, o MST tem um papel decisivo para mostrar que não é possível em um país como o nosso, que haja agroindústria, monopolização da terra, terras produtivas que desertificam o solo e não haja terra produtiva produzindo alimentos para atender as necessidades da população. Há necessidade de uma reforma da Previdência, no sentido de aumentarmos os direitos públicos e previdenciários, e não monetarizarmos/privatizarmos as reformas. Agora, penso que temos de ter claro que o embate é mais do que entre monetaristas e desenvolvimentistas. Este é um debate muito intenso entre os economistas. Mas eu penso

que o século XXI mostrou, de certo modo, que o debate, de fundo, transcende esse debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. Nós temos que perguntar, no século XXI, que sociedade queremos, queremos uma sociedade voltada para os interesses do capital, hoje 250 mil famílias, 250 mil clãs que dominam praticamente a totalidade da riqueza mundial, com um nível em que algumas dessas famílias têm riquezas muito maiores do que vários Estados; riquezas muito maiores do que o orçamento, o Produto Nacional Bruto de tantos países juntos? E essas mais de 250 mil famílias controlam a política



do mundo. São as transnacionais. Vou usar um termo redundante, mas são as grandes transnacionais que saqueiam o mundo em todas as partes, pagando salários indigentes, obrigando crianças a trabalharem 18, 19 horas seguidas de trabalho por dia, empresas que remuneram precarissimamente na Índia, na China, nos chamados países asiáticos, em geral, nos países latino-americanos, africanos, vendendo seus produtos a preços altíssimos. Eu vi fotos de fábricas de calçados na Índia, onde trabalhadores vivem em condições semi-escravas, trabalhando 16, 17, 18 horas por dia, para vender calçados em Londres, Nova Iorque, Tóquio, Roma, enfim, nas grandes capitais do mundo. Então, nós temos que perguntar: que sociedade queremos? Uma sociedade volta-

da para os interesses dessas transnacionais, e dos seus Estados que lhe são servis, da chamada globalização dos capitais, da financeirização da economia, da ciranda financeira, ou nós temos que pensar na sociedade dotada de sentido, pensar numa sociedade onde a produção humana societal seja fundada na produção de coisas úteis, que tenham sentido humano societal. Eu diria, numa síntese que está em meu livro, "Sentidos do Trabalho", publicado pela editora Boitempo, o seguinte: o trabalho que estrutura o capital, ele desestrutura a humanidade. E foi sobre isso que falamos nessa entrevista inteira. Em contrapartida, o trabalho que estrutura a humanidade desestrutura o capital. Este é o dilema do século XXI. O que nos obriga a pensar numa nova sociedade. Por isso, o tema do socialismo – que o Fukuyama, a Margareth Thatcher, para citar as expressões mais jocosas, que há 15 anos diziam estar totalmente morto – o tema do socialismo volta, é debatido hoje na Venezuela, é debatido na Bolívia, na Argentina, é debatido hoje no Brasil, em países da Europa, por amplos setores do Fórum Mundial, ou seja: que sociedade queremos para o século XXI? Uma sociedade destrutiva, que destrói o trabalho, destrói o ambiente, destrói, digamos assim, a humanidade; ou uma sociedade que reconstrua o sentido humano societal? Isso repõe um tema que transcende o debate monetarismo e desenvolvimentismo porque nos obriga a pensar que sociedade, que sistema de metabolismo social, que *modus operandi*, que modo de vida queremos para o século XXI. E eu penso que, ao colocarmos essa questão, isso nos obriga a pensar no tema de uma sociedade que transcenda os limites do capital e sua lógica destrutiva. ☺

A crise no mercado de hipotecas

O que podemos auferir de semelhança entre a crise de 1929 e a recente crise dos empréstimos *subprimes* (de alto risco) no mercado de hipotecas dos EUA?

Pedro Paulo Silveira Felicíssimo*

Os estudos e as análises das flutuações cíclicas e das crises sempre ocuparam lugar de destaque na teoria econômica. Contudo as “trends” (tendências) da economia capitalista sempre sinalizaram a reversão comprovada para a alta.

A análise da evolução dos preços e quantidades de uma pauta de “produtos estratégicos” para a economia naquele estágio (período) histórico constituía-se em determinantes importantes ao diagnóstico.

Torna-se interessante sobrepor os movimentos de preços aos de produção para ver se há concordância entre eles, apesar de haver outras variáveis importantes neste sentido, como, por exemplo, as variações das taxas de juros e de investimentos.

A crise de 1929 foi, em essência, uma crise de cunho estrutural. Foi também inicialmente sinalizada por um “Building Cycle”, o “boom” imobiliário da Califórnia, “booms” especulativos (hoje denominados suavemente de “bolhas”) e a influência de grandes firmas foi decisiva, nas palavras de J. K Galbraith.

Grandes setores estratégicos da economia como comunicações, indústria automobilística e siderurgia sempre afirmaram seus lucros. Também em 1928 havia campanha para as eleições presidenciais acirrada entre republicanos e democratas. Os empréstimos bancários em curtíssimo prazo (“call loans”) ocorriam com juros de 12% e os

bancos e as casas de crédito lucravam pegando emprestado a 5% do Federal Reserve.

Os volumes destes empréstimos é um bom índice do grau de especulação:

- 1923 – 1924: US\$ 1.5 bi;
- 1927 (final): US\$ 3.5 bi;
- 1928 (junho): US\$ 5 bi;
- 1928 (novembro): US\$ 6 bi;
- 1929 (outubro): US\$ 7 bi.

“A situação industrial dos EUA é absolutamente sadia” – a afirmativa é de C. E. Mitchell, presidente do Federal Reserve Bank de N. Y., em outubro de 1929, na Alemanha.

Os dados da Grande Depressão (1929-32) são extremamente impressionantes:

- Produção Industrial: recuo de 50%;
- Produção de Bens de Capital: recuo de 75%;
- Queda do Investimento: 50%.

A estrutura frágil e fragmentada do sistema bancário é a primeira causa do efeito “linkage” da crise. A derrubada dos preços agrícolas e as dificuldades financeiras dos agricultores em honrar seus empréstimos, a mola propulsora da desaceleração da economia e das altas taxas de desemprego.

- out/29: 4.600.000 desempregados
- out/30: 7.800.000 desempregados
- out/32: 11.600.000 desempregados
- out/33: 13.000.000 desempregados ou 27% da população ativa.



No cenário externo, o comércio internacional foi o grande propagador da crise, em grande parte devido ao protecionismo comercial. Cada país tentou exportar seu desemprego, estimulando as exportações e freando as importações.

Bolha e especulação

Mais uma vez os EUA, através do aumento das tarifas aduaneiras, sob pretexto de proteção à agricultura (lei Hawley-Smoot), desencadearam o processo de propagação, desta vez externo, pois diversos países aumentaram os seus regimes de cotas. Tudo isto agravado pela existência de acordos regionais preferenciais (Benelux, Commonwealth), permite afirmar que regionalismo, bilateralismo, discriminação e instabilidade são características predominantes da economia internacional, no período 1930-1939.

O peso da economia norte-americana no mundo era consideravelmente alto. Em 1929, a produção industrial dos EUA representava 45% da produção industrial mundial e as importações, 12,5% das importações mundiais. A crise representou uma redução de 60% no

mecanismo de trocas. Em 1929, a rubrica importações mais investimentos representava US\$ 7,4 bi. Em 1932, esta rubrica foi da ordem de US\$ 5 bi. Uma redução de 32%.

Os países em desenvolvimento sofreram os efeitos da queda dos preços mundiais das matérias primas e dos produtos agrícolas, principais produtos das suas pautas de exportações. Isto provocou desvalorizações em série, a partir de 1929, nestes países.

O abandono do padrão ouro pela Grã-Bretanha, em 1931, decreta a desestruturação do Sistema Monetário Internacional. A Alemanha, até então a principal economia em ascensão na Europa, mantinha o padrão ouro e não alterou a sua taxa de câmbio, desfavorável às exportações. Em 1931, instituiu o controle cambial para frear a fuga de capitais.

Entendem alguns economistas que a existência de bolhas especulativas divorciada da realidade econômica, isto é, do nível de produção e dos lucros da economia, são condições que não podem durar indefinidamente. O grande fluxo de ouro europeu para os EUA, a partir de 1925, devido às dificuldades da Grã-Bretanha, fez com que os governos inglês, francês

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

e alemão solicitassem ao Federal Reserve (Fed) que reduzisse a taxa de desconto, a fim de desestimular o fluxo de capitais estrangeiros. O Fed obedeceu e, através de operações de *open market*, comprou um volume considerável de títulos do governo, forçando a diminuição das taxas de juros e injetando moeda real na economia.

A facilidade de crédito, fator inflacionário, gerou a especulação. Na opinião do Conselho do Fed (A.C. Miller), foi um dos erros mais consideráveis e custosos que já se cometeu por uma instituição bancária.

Diferenças de opinião

Vimos, pela exposição resumida de alguns dos fatos da crise de 1929, que diversos aspectos são coincidentes com a crise atual. Po-

rém, convém ressaltar algumas diferenças e pontos de vista de analistas atuais:

(i) A teoria do desacoplamento – a criação da zona do euro, o fortalecimento das economias de países em desenvolvimento (Bric), o aperfeiçoamento e o fortalecimento do sistema monetário internacional são condições favoráveis que permitem amenizar efeitos de propagação da crise ao nível de uma economia globalizada.

(ii) A China – o mercado chinês permite que haja um equilíbrio de forças nas curvas de oferta e demanda da economia global, ou seja, a demanda chinesa mantém o aquecimento da oferta mundial, apesar de acentuada fragilidade (as reservas chinesas são lastreadas em títulos do Tesouro dos EUA).

(iii) Os preços do petróleo – Os preços internacionais do petró-

leo exercem hoje simbolicamente as mesmas funções que o padrão ouro para o mercado, sinalizar os desníveis das taxas de câmbio e de juros das economias.

(iv) Preços dos produtos agrícolas – os preços das commodities, ao contrário da crise de 1929, estão em alta. Em parte, refletem as melhores condições de vida e alimentação das populações dos países em desenvolvimento. Persistem, porém, as distorções clássicas, os subsídios (exemplo, milho-etanol-EUA) e a ausência de planejamento (exemplo, soja e cana-de-açúcar – biocombustíveis-Brasil) para o setor. Fator crucial, a Rodada de Doha continua em um impasse que pode vir a agravar o quadro mais à frente.

Opiniões do Mercado*

Warren Buffet – O presidente e CEO da Berkshire Hathaway associa a crise atual aos modelos econômicos que não são condizentes com as realidades do mercado. Os economistas defendem que os modelos existem para servirem de parâmetros. A economia é uma ciência em eterno estudo e mutação.

Robert Shiller – O professor de Economia da Universidade de Yale afirma que atingimos um ponto de inflexão na curva econômica. Esta possibilidade é bem real, pois, em comparação com a análise schumpeteriana para os ciclos, estão presentes na crise atual um “Building Cycle” e a quebra de um paradigma (Kuhn), o de energia. Também estão presentes os processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (energias renováveis), citados por Schumpeter.

Sterphen S. Roach – O presidente do Morgan Stanley Asia decreta como causa da crise a falência dos bancos centrais. De certa forma, todos os bancos centrais têm enfrentado dificuldades de disciplinar os fluxos de capitais. O euro vem substituindo, progressivamen-

te, o dólar como moeda comercial e persiste a questão problemática de monitorar o risco de sobregiro financeiro, a relação entre moeda contratual e moeda real na economia.

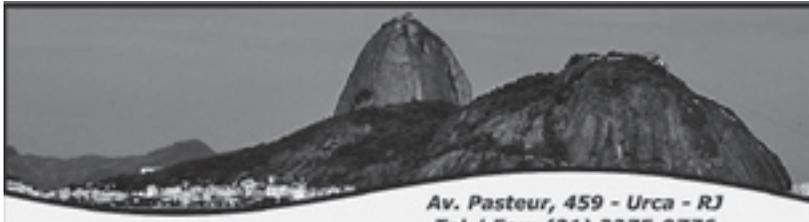
Henry M. Paulson – O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos remete a crise a um simples alerta a Wall Street. Aposto na “tendência” de alta da economia, retomada do crescimento industrial e afasta o temor de recessão. Diante da análise anterior, permanece a dúvida: as recentes medidas de redução da taxa de juros e aumento da liquidez através da injeção de dólares na economia são medidas realmente saneadoras do problema do ponto de vista da teoria econômica?

Chegamos a um ponto de inflexão na curva da economia. A mudança do paradigma energético aponta também para mudanças na ótica e nos rumos do planejamento das políticas econômicas nos países em desenvolvimento. A preocupação com o monitoramento dos sinais vitais da economia: produção, preços, taxas de juros e nível de investimentos devem ser constantes.

As expectativas devem estar apoiadas em ações claras que sinalizem com tranquilidade ao mercado o acompanhamento das “trends”: o ajuste das cadeias produtivas, a migração dos fluxos de capital para outros setores da economia, os investimentos em P&D para agregação de valor à pauta das exportações, o apoio aos setores mais frágeis da economia, em especial, as pequenas e médias empresas que dependem exclusivamente de importações de matérias primas e de máquinas e equipamentos para a sua produção e, principalmente, o setor agrícola, do qual depende boa parte do índice de inflação da economia, com a alta de preços. 

*Economista e consultor.

** Fonte: revista *Fortune*



Av. Pasteur, 459 - Urca - RJ
Tel / Fax: (21) 2275-9776

Mary Poppins Colégio MP

Creche Pré-escola Ensino Fundamental I

Inglês **Música** **Ed. Física**
(no Ensino Fundamental)

Cursos Livres:
Capoeira
Dança Criativa
Natação

Atividades Recreativas em Janeiro e Julho
(pegue a programação na Secretaria)

Nossa proposta educativa se fundamenta na idéia de que o conhecimento é construído na ação do próprio indivíduo, em suas relações sociais e com o meio. Buscamos proporcionar à criança, oportunidades de: movimentar-se, experimentar, observar, perguntar, formular hipóteses, investigar, comparar, analisar, descobrir, registrar, inventar e viver intensamente o brincar.

Benefícios para os Economistas!
Isenção da 1ª Matrícula e 10% sobre as cotas mensais de anuidade.

Acesse nosso site e venha nos conhecer!
www.marypoppins.com.br

Dívida ativa Municípios arrecadam pouco

“Vem ser a soma, total ou parcial, dos créditos do Município. Tudo quanto, a qualquer título, o Município tenha direito de receber de terceiros constitui sua dívida ativa. Pouco importa a origem do crédito. Pouco importa o valor da obrigação do devedor.”

MORAES, Bernardo Ribeiro (“O município e sua dívida ativa”)

O tema escolhido para a coluna deste mês foi a Dívida Ativa. No entanto, excepcionalmente, serão apresentados apenas os dados do município de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o Município do Rio de Janeiro está contemplado nesta mesma edição do JE pelo artigo da economista e consultora do Fórum, Mirelli Malaguti.

Niterói

A análise da receita com a dívida ativa no município de Niterói foi realizada a partir do ano de 2005 e todos os valores foram corrigidos monetariamente para preços de abril de 2008. Esta receita é composta pela dívida dos contribuintes com IPTU, ITBI, ISS e outros tributos, recebidos via cobrança judicial ou de modo amigável.

Em 2005, foram arrecadados R\$ 23 milhões, correspondendo a 3,7% da receita total e a 8,7% da receita tributária do município. Esse percentual variou pouco ao longo dos anos subsequentes (2006, 2007) e do primeiro bimestre de 2008, ficando na média em 3,3% da receita total e 8,2% da receita tributária. Tal dinâmica pode ser observada no gráfico abaixo.

É notório que em todos os anos há um incremento de arrecadação de todas as receitas apresentadas. No entanto, o montante da dívida ativa niteroiense aumentou cerca de 2%, de 2005 para 2006, e 26% de 2006 para 2007. Mas vale sa-

Tabela 1

Ano (em R\$ mil)	2005	2006
Dívida Ativa (Niterói)	743.190	812.424
Dívida Ativa (Macaé)	50.298	61.792
Dívida Ativa (Petrópolis)	376.349	656.784
Receita Tributária (Niterói)	264.065,00	279.128,00
Receita Tributária (Macaé)	124.247,00	147.405,00
Receita Tributária (Petrópolis)	78.062,00	84.619,00
Receita Total (Niterói)	732.436	847.820
Receita Total (Macaé)	339.479	361.048
Receita Total (Petrópolis)	673.922	743.169

liantar que só no primeiro bimestre do ano corrente o município arrecadou, com a dívida ativa, cerca de R\$ 5 milhões, o que corresponde a 16,5% do total arrecadado em todo o ano de 2007 (gráfico 1).

Esta pesquisa deve levar em consideração o montante da dívida apurado ao final de cada exercício. Estas informações não estão disponibilizadas nas prestações de contas de Niterói, o que prejudica esta análise e demonstra, mais uma vez, a falta de clareza da gestão dos recursos públicos naquela cidade. Estes dados foram encontrados apenas no FINBRA (sítio eletrônico das Finanças do Brasil*), no relatório das informações sobre despesas e receitas de cada município brasileiro, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, cujos dados mais atualizados são de 2006.

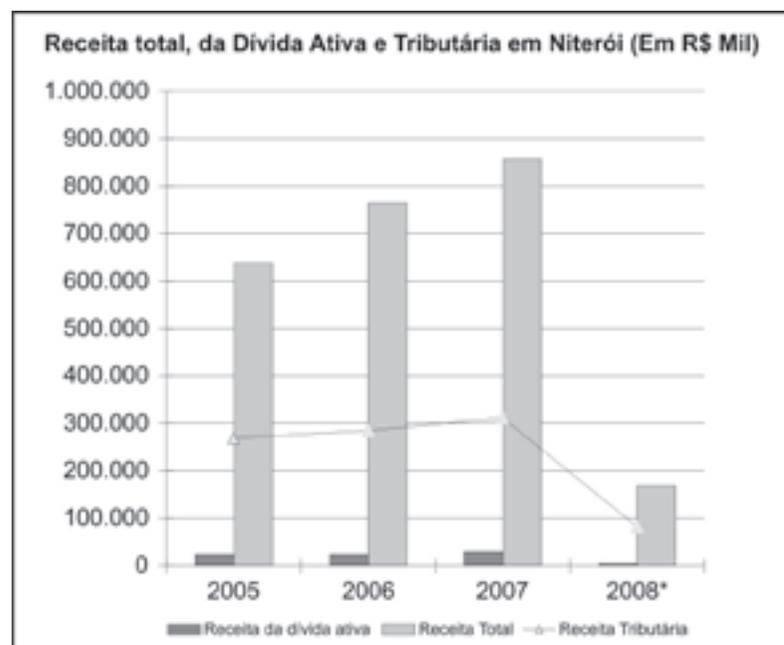
No período estudado, o estoque da dívida ativa é sempre superior à receita global de Niterói, a contar a partir de 2003, quando a diferença foi da ordem de R\$ 111 milhões. Em 2004 e 2005 essa diferença se reduziu para cerca de R\$ 105 milhões, contudo, seu montante aumentou 7%, quando comparado com 2003. Em 2006, a diferença entre a receita e a dívida foi a menor da série, ficando em R\$ 48 milhões, apesar do aumento de 9% do montante da dívida, que che-

gou a R\$ 812 milhões, contra uma receita total de R\$ 764 milhões.

Para efeitos ilustrativos, pode-se contrastar dados de outros municípios, também obtidos no FINBRA, a saber, os de Macaé e Petrópolis. As comparações são feitas levando-se em conta a arrecadação total, as receitas tributárias e as receitas da dívida ativa para os anos de 2005 e 2006. A análise deste curto período se deve ao fato de que não foi possível encontrar, tanto nas peças orçamentárias, quanto no FINBRA, os dados do estoque da dívida ativa em 2007 e a previsão de arrecadação para 2008 e 2009, referentes à Niterói. A escolha destes municípios justifica-se pela arrecadação similar entre Petrópolis e Niterói, e pelo fato de Macaé ter uma das maiores arrecadações tributárias dentre os municípios do Rio que possuem base de dados disponíveis.

A Receita Tributária de Niterói, nos anos de 2005 e 2006, apresentou-se bastante inferior ao estoque da dívida ativa, tendo nela participação de 35,5% no primeiro ano e de 34,3% no segundo, uma diferença média de R\$ 506 milhões. O município de Petrópolis segue a mesma dinâmica, a receita tributária equivalente a 19% do valor do montante de sua dívida ativa em 2005, o que significa R\$ 78 milhões, enquanto que no ano seguinte essa

Gráfico 1



Fonte: PC 2005, Relatórios da LRF 2006, 2007 e 1º bimestre de 2008 no sítio do TCE

* 1º Bimestre de 2008

Tabela 2

Ano	2005	2006
Receita da Dívida Ativa	23.486	24.063
Total da Dívida Ativa	743.190	812.424
Índice de Arrecadação	3,16%	2,96%

Gráfico 2



relação caiu para 13%, correspondendo a uma diferença de R\$ 572 milhões, dada pelo aumento mais que proporcional da dívida ativa em comparação com a receita tributária. Quanto a Macaé verificou-se o oposto. Sua receita tributária é superior em ambos os anos. Em 2005 foi da ordem de R\$ 124 milhões, para uma dívida ativa de R\$ 50 milhões, com diferença de R\$ 74 milhões, ao passo que, em 2006, a diferença foi de R\$ 86 milhões.

Nota-se que o perfil orçamentário de Macaé se diferencia dos demais pela alta receita proveniente dos *royalties* do petróleo. Destaca-se ainda que o estoque da dívida ativa de Petrópolis aumentou 74% de 2005 para 2006 (tabela 1).

Conforme a tabela 2, Niterói arrecadou, em 2005, 3,16% de sua dívida ativa, reduzindo-se para 2,96% no ano seguinte. Apesar deste per-

centual ser baixo, vale destacar que ainda assim é superior ao índice de arrecadação do município do Rio de Janeiro, e muito superior ao índice de arrecadação do estado. Mesmo assim, os dados confirmam a ineficiência com a sua cobrança e, conseqüentemente, incremento das receitas, uma vez que o montante da dívida se elevou em 9% entre os períodos analisados.

Estado do Rio de Janeiro

O estoque da dívida ativa estadual apurado em dezembro de 2007 foi de R\$ 14,9 bilhões, montante correspondente a 38% do orçamento estadual para 2009, que será de aproximadamente R\$ 40 bilhões.

Para 2009, a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê como meta arrecadar R\$ 87 milhões, aproximadamente, 0,2% da previsão

de arrecadação total. A estrutura planejada para obter tais créditos é identificada na Lei de Diretrizes Orçamentárias da seguinte forma:

PROGRAMA:

0026 - Defesa do Estado - PGE

Ação: Modernização

da Gestão da Dívida Ativa

PRIORIDADE META 2009

Portal da dívida ativa

implantado 0,5 (unidade)

Sistema para parcelamento da dívida

ativa implantada 0,5 (unidade)

Entende-se que a rubrica responsável pela modernização da Gestão da Dívida Ativa com seus dois objetos terá continuidade em 2010. No entanto, apesar da rubrica destacada, a previsão de receita com a dívida ativa para 2009 é inferior à arrecadação obtida em 2006 e equivalente àquela de 2005. Ademais, o valor do estoque da dívida apurado ao final dos períodos, que indica a possibilidade futura de recebimento, deve ser analisado sob o prisma de uma considerável possibilidade de baixa realização. Para tal, verifica-se que o valor arrecadado anualmente pela cobrança da dívida ativa tem pouca significância *vis a vis* seu valor de estoque, conforme se depreende na tabela 3:

Primeiramente, deve-se ressaltar um fato curioso, pois o valor consolidado do saldo da dívida ativa no orçamento estadual é inferior ao montante apurado para o município do Rio de Janeiro.

Analisando os índices de arrecadação, nota-se que, no período

2005-2007, a eficiência na cobrança destes créditos é irrisória, com uma pequena elevação no valor e no peso da arrecadação de 2005 para 2006. Para 2007, a redução foi maior ainda, combinada com uma elevação de cerca de R\$ 2,2 bilhões no estoque da dívida.

Para o ano corrente, confirmada a previsão de arrecadação estipulada na Lei Orçamentária, montante quase 50% inferior ao arrecadado em 2006, é de se esperar que a arrecadação seja a menor dentre os anos estudados, assim como o índice de arrecadação. A despeito dos motivos para tal previsão pessimista, quem perde é o cidadão fluminense (gráfico 2).

Destaca-se ainda o parecer do Tribunal de Contas do Estado, referente às Contas de Gestão de 2007, com a seguinte ressalva à Procuradoria da Dívida Ativa:

“Ressalva II, Determinação N°. 4

a) *Proceder à conciliação dos valores da dívida ativa, com base no relatório da execução da receita arrecadada no exercício, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda, encaminhando-a para o RIOPREVIDÊNCIA, juntamente com o demonstrativo da arrecadação da dívida ativa, de forma a sanar as divergências apontadas nos últimos anos entre o valor evidenciado no demonstrativo elaborado por essa Procuradoria e o valor efetivamente arrecadado;*

b) *Encaminhar ao RIOPREVIDÊNCIA, mensalmente, demonstrativo que indique os valores arrecadados a título de dívida ativa, de forma a possibilitar a apuração da provisão para perdas da dívida ativa, nos termos dispostos na Portaria CGE n°. 103, de 02.02.05, que aprova o Manual de Procedimentos Contábeis da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro.”*

Tabela 3

Em R\$ mil	2005	2006	2007	2008*	2009**
Receita da Dívida Ativa	86.239	106.957	74.725	56.675	87.100
Estoque da Dívida Ativa	10.999.196	12.746.997	14.907.453	-	-
Índice de Arrecadação	0,78%	0,84%	0,50%	-	-

* LOA 2008 ** Proposta LDO 2009

Reuniões do Fórum. O FPO tem promovido reuniões mensais para apresentação de seus estudos: Para o próximo mês o FPO-RJ realizará um estudo do Impacto da Proposta de Reforma Tributária no Orçamento do Rio de Janeiro e Niterói, que contará com a participação do econ. especialista em finanças públicas Francois Bremaeker. A apresentação do mesmo será realizada no auditório do Corecon-RJ e a data pode ser confirmada em nosso portal: www.fporj.blogspot.com.br.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores. Coordenação: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello e economistas Bruno Lopes e Luiz Mario Behnken. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: estudantes de Economia Camila Barbosa, Camila Ferreira e Fernanda Stiebler. Colaborador: economista Thiago Marques, assessor do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.fporj.blogspot.com.br e www.corecon-rj.org.br

Funcionários defendem o IPEA

A decisão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de não mais divulgar, trimestralmente, suas projeções para a inflação e outros índices macroeconômicos ocupou amplos espaços na grande imprensa. O tema criou um debate interno na instituição, provocando, inclusive, um posicionamento da Associação de Funcionários do IPEA, cuja íntegra reproduzimos a seguir.

Carta aberta à população

Notícias recentes veiculadas na imprensa envolvendo o Ipea têm causado desconforto entre seus servidores. Não é razoável considerar, como tem sido divulgado, que os mais de 500 profissionais ativos da Instituição, que gozam de estabilidade funcional e inserção entre as carreiras de Estado, admitam ser constrangidos por quaisquer injunções de cunho político. Assumir isso significaria colocar em dúvida o compromisso ético e profissional desses servidores com a sociedade brasileira.

O Ipea, cujo papel institucional envolve a realização de pesquisas aplicadas, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas, a colaboração no desenho de programas setoriais e a participação em conselhos nacionais e em grupos de trabalho interministeriais, segue firmemente comprometido com sua missão institucional. Paralelamente, continua contribuindo nos debates promovidos pelas universidades e pelos fóruns da sociedade civil organizada, para o que muito se vale da disseminação permanente e regular do conhecimento aqui produzi-

do por meio de boletins, revistas, livros e notas técnicas, além de textos para discussão. Essa ampla atuação só é possível graças à qualidade e à diversidade do corpo técnico da Casa, que, além de economistas, conta também com sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, arquitetos, agrônomos, médicos sanitaristas, engenheiros, advogados, entre outros.

Refutamos as afirmações e insinuações de que esses profissionais estejam desmotivados, com baixa produtividade ou cerceados em sua autonomia. A verdade é que os servidores desta Casa continuam com o mesmo empenho e seriedade que sempre pautaram - e temos certeza que sempre pautarão - a sua conduta profissional e a qualidade de sua produção, reconhecida no país e internacionalmente.

Lamentamos que alguns profissionais da imprensa, com base em informações parciais, venham difundindo uma visão distorcida do que ocorre nesta Instituição.

Brasília (DF), 02 de julho de 2008.

Associação dos Funcionários do IPEA - AFIpea

CNI lança prêmio de Economia

Com o apoio da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), a Confederação Nacional da Indústria lançou o Prêmio CNI de Economia, com o objetivo de incentivar a pesquisa econômica, especialmente, na área do desenvolvimento e da economia industrial. O vencedor receberá o prêmio de R\$ 50 mil. Uma segunda premiação, no valor de R\$ 20 mil, será destinada ao melhor trabalho inscrito na categoria especial cuja tema é "Política tributária e competitividade".

As inscrições estão abertas desde 1º de julho e vão até 29 de agosto, podendo participar trabalhos individuais ou em grupos. Os trabalhos devem conter até 50 páginas, incluindo já capa e bibliografia, e devem ser postados em Sedex até a data limite de inscrição para a sede da CNI, na SBN Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen, CEP 70040-903, Brasília, DF. No envelope deve constar Prêmio CNI de Economia - Unidade de Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento - CNI.

São necessários o envio de cópia impressa do artigo, gravação digital em disquete ou CD, em formato Word ou similar, cópias dos documentos de identidade e CPF, currículo atualizado, sendo aceito também o Lattes e a ficha de inscrição devidamente preenchida. A ficha, bem como maiores informações estão disponíveis em www.cni.org.br/premiocnideeconomia.

Agenda de cursos

- **MICROECONOMIA: MONOPÓLIOS, OLIGOPÓLIOS, CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA E CARTEL** (De 14 de julho a 17 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Macroeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)
- **MACROECONOMIA: INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E MACROECONOMIA ABERTA** (De 4 de agosto a 24 de novembro de 2008. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Microeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula)
- **TEORIA DOS JOGOS** (13 de agosto a 1º de outubro de 2008 - às quartas-feiras - das 18h45 às 21h30 - Curso de 24 horas-aula)
- **ANÁLISE DE INVESTIMENTOS** - (Período 16 de julho a 6 de agosto, às quartas, quintas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30 - Horas-aula: 30 horas)
- **CURSO ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL** (de 8 a 11 de outubro de 2008 - quarta, quinta e sexta-feira - das 18h30 às 21h45 e sábado de 10h as 15h15 (com uma hora de almoço, 15 horas-aula)
- **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA A ANPEC - 2008** (de segunda à sexta-feira, de 18h10 às 22h)
- **MATEMÁTICA ESTRATÉGICA** - (Novas informações) (Curso todas as terças-feiras até 16 de dezembro de 2008)